

---

# UNS TRABALHAM E OUTROS LUTAM: BRASILEIROS E A LUTA NA ERVA\*

*Arlene Renk*

*Universidade do Oeste Catarinense – Brasil*

**Resumo:** *Trata-se de etnografia da atividade extrativa da erva-mate, a luta na erva, no Sul do Brasil, pelos caboclos, servindo de fio condutor do modo de vida desse grupo. Aborda a categoria luta relacionalmente à categoria trabalho, acionada favoravelmente pelos de origem como prerrogativa étnica, apontando aos embates subjacentes.*

**Palavras-chave:** *camponeses do Sul do Brasil, relações de trabalho, relações interétnicas.*

**Abstract:** *It is about the ethnography of the maté extractive activity, the maté fight, in the South of Brazil, by the copper-colored, being the “conductor wire” for the lifestyle of this group. It approaches the fight category related to the work category, propitiously added by the native ones as an ethnical prerogative, leading to the underlying oppositions.*

**Keywords:** *ethnic relations, labor relationship, peasants.*

No Sul do Brasil, os colonos *de origem*<sup>1</sup> construíram sua identidade em oposição aos *brasileiros/caboclos*. Os colonos acionavam a seu favor o pioneirismo, como uma das virtudes étnicas desses camponeses. A representa-

---

\* Este texto é uma versão abreviada de trabalhos que venho desenvolvendo a respeito do significado da categoria trabalho e luta e suas ressemantizações, no Oeste Catarinense.

<sup>1</sup> *De origem* é uma categoria nativa utilizada pelos descendentes de europeus, principalmente entre os agricultores, para marcar sua distintividade.

ção de colonos enquanto pioneiros seria a face pública da história, conhecida e reconhecida enquanto história oficial e utilitária dos de origem. Outra fronteira foi o trabalho. Este é numa categoria polissêmica, constitutiva das identidades camponesa e étnica, construída como referencial das virtudes étnicas em oposição à população brasileira.

Esse trabalho constituía-se no esforço físico, quando o camponês não trabalha no estrito senso da palavra, ele trabalha como na distinção feita por Hesíodo entre *ponos* e *ergon*. Atualmente, numa situação de “desenclave” do mundo camponês, os de origem reinterpretem o significado de trabalho. Se antes encontrava-se eco o ditado alemão “o trabalho adoça a vida”, hoje é ressemantizado enquanto “escravidão” e que “estraga o corpo”.

A construção da identidade é relacional e, no Oeste catarinense, deve remeter-se ao processo de colonização, desencadeado a partir das décadas de 30 e 40, pelos colonos de origem, expropriando o campesinato brasileiro. Para este, a colonização foi o momento de ruptura, marcando as diferenças temporais, com um tempo anterior, plenamente idealizado e que se opõe ao tempo atual, caracterizado como “estragado”. Da mesma forma, a colonização representou o momento da emergência da identidade étnica, transformando os brasileiros<sup>2</sup> na condição de minoria (Banton, 1979).

Não obstante a ressemantização da categoria trabalho, por parte de uma fração de colonizadores, há um consenso velado de que os brasileiros não trabalham, “não são do trabalho”. Este texto é uma tentativa de contra-história de ofício de minoria étnica: a *luta na erva*, pelos extratores que, serão brasileiros, havendo uma equivalência nas nomações: ervateiros [que extraem a erva-mate *Ilex-paraguariensis*], tarefeiros [uma vez que recebe por tarefa] e peão [por ser subordinado ao capataz ou patrão, isto é, encarregado da firma].

O corte da erva-mate é regulamentado pelo Ibama e ocorre em duas épocas do ano, nos meses de inverno e no verão, nas chamadas safras. Exige

---

<sup>2</sup> A construção da identidade *brasileira* ocorreu com a colonização. Um exercício classificatório apontará um contínuum de atribuições: de *brasileiro* a *negro*. *Brasileiro* é a sua auto-atribuição e a forma “respeitável” de ser tratado, quando o é, pelo outro grupo. No entanto, a atribuição mais freqüente a este grupo é a de *caboclo*, que traz em seu bojo um forte estigma, por ser diferente, por não ter os mesmos valores, por “não jogar o mesmo jogo”, na expressão de Barth (1969, p. 15). Pesa-lhes o silêncio oficial, à medida que são o contraponto para a história utilitarista do colonizador.

o deslocamento dos grupos familiares aos ervais, contratados pelas empresas, sejam elas em Santa Catarina ou no Paraná, e lá permanecem durante os meses de safra. A sazonalidade, a precariedade do trabalho, a remuneração por tarefa e o isolamento na mata o período da safra, faz com que os ervateiros sejam os caboclos, “mas caboclos mesmo”. Se, de fora eles “não trabalham”, “eles só fazem isso” [cortar erva-mate] e “só sabem fazer isso”, de dentro, “tem que vir pra erva, é só o que dá.”

A indústria ervateira é um dos esteios da economia regional e seus proprietários são de origem, o que aponta a clivagem étnica.

Centro-me em etnografar a luta na erva. Partilho de autores que consideram o campesinato uma economia familiar e família como valor, “valor-família, permanente no tempo”, centrando-se na “produção cultural da família enquanto valor” (Woortmann, 1988, p. 3-4, 1986). Levo em conta os diferentes papéis e a hierarquia familiar, as tensões internas e a integração diferencial da mulher (Bouquet, 1984; Bouquet; Hann, 1987), abrindo espaço para que possam se expressar os diversos personagens da família.

“Tem que tirar erva”

– Por que veio pra erva?

– Mas é o que dá dinheiro.

– Mais que a roça?

– A roça não dá nada. Se vai trabalhar de empreitada, também não dá nada. *Tem que tirar erva.*

A extração é naturalizada como atividade de caboclo, sem esquecer a carga semântica do termo, como identidade estigmatizada. O eventual surgimento de um tarefeiro, originalmente pertencente ao grupo dos de origem, levaria à desclassificação, pelo seu “acaboclamento”.

Os ervateiros reconhecem as diferenças entre os dois grupos, mas nem por isso deixam de pôr em jogo a representação do trabalho como delineador de fronteiras. O reconhecimento de suas fronteiras não implica no consenso das mesmas, elas próprias são objeto de luta. À situação do ervateiro, como apenas voltado à erva, este responde que sabe “fazer de tudo”: “lutar na roça, lutar na erva, qualquer serviço”. A questão que se impõe é a do fechamento de outros espaços e a única alternativa que lhe resta é vir para a “a erva”. “Tem que vir pra erva, é só o que dá”. Muitos tarefeiros afirmam não gostar da erva, nem “da luta”. Sem outro ofício, “fui ficando na erva”.

As trajetórias dos ervateiros apontam como a única alternativa de ganho a extração da erva-mate. Parte desses ervateiros passaram por outras atividades assalariadas. Demitidos, por razões da empresa ou pela perda da capacidade produtiva, “vão à erva”. Na fração, anteriormente engajada no setor madeireiro, é alto o índice de mutilações físicas, principalmente nos membros superiores, em decorrência do ofício exercido. Obviamente, no mercado de trabalho encontram-se em situação desfavorável: idade e mutilações físicas. Na Previdência Social, sem idade para a aposentadoria e não “encostados”, por serem considerados produtivos para certos ofícios, voltam-se ao corte da erva-mate. A argumentação, de fora, da desqualificação do ofício do corte da erva, como “fácil, sem responsabilidade, sem horário”, embate-se com o argumento interno: é a única atividade, “tem que vir”. O tarefeiro não escolhe: é escolhido.

A luta dos brasileiros passa a ser a da erva, onde encontra-se de efetivo ou provisório. De efetivo compreende aqueles que têm a erva como a principal ocupação laborativa. Os não efetivos são aqueles extratores temporários, seja por estarem em período de férias de outra ocupação, como o setor madeireiro, e representam um ganho adicional; ou aqueles à espera e procura de outra ocupação. Neste último caso é comum apresentar-se como provisoriamente na erva e compulsoriamente tornar-se de efetivo.

Enquanto luta dos tarefeiros, estes apresentam-se como “gente que nem a gente, luta com erva, que luta no mato”, “que vive no mato”. Este viver no mato, no entanto, deve ser relativizado, pois compreende o período de safra. Quando se refere ao ofício exercido, marca o seu lugar: “no mato”. A partir desse referencial aponta o distanciamento da firma que está longe do mato. Inicialmente a firma, quando não contava com capatazes, os próprios donos iam ao mato. À medida em que “cresceu”, “que estourou” afastou-se do mato. “A firma sempre foi grande, mas que estourou mesmo foi lá pros anos setenta”, afirma um tarefeiro aposentado. Com o afastamento físico da firma do mato é aberto o espaço para a entrada dos capatazes.

Os capatazes entraram como tarefeiros e a firma deu chance pra eles entrar, deu serviço, porque a firma não podia andar no mato, tá lá administrando o serviço, então tinha que achar um que administrasse o serviço e os peões: colocar os peão que trabalha aqui, ali, tudo no lugarzinho, né. Então arrumaram os capataz, isso foi bom, porque eles ganham sempre mais. Vê, mais que o tarefeiro, né?

Este aposentado apresenta a sua versão da retirada da firma do mato, e da entrada dos capatazes e a permanência dos tarefeiros no mato. O mato passou a ser o lugar dos que obedecem, dos que “vão no mando do patrão”. Os que mandam ficam na cidade. “Os gerentes, os donos de firmas, eles não vão no mato. Eles só mandam.” À medida em que o lugar do tarefeiro, “no mato” isto contribuiu para a incorporação da dominação. As divisões étnicas passam a ser correspondentes aos espaços, polarizados: os tarefeiros-brasileiros “no mato”; os donos-de-barbaquás [indústria ervateira], na cidade.

Com os barbaquás modernos e aumento da produção, a erva passou a ser colhida também a longa distância, “nas lonjuras”. Anteriormente, dado a abundância, era colhida apenas no local. Este novo arranjo implicou na classificação da erva, quanto à sua localização: no limpo e no mato. Este reconhecimento é válido inclusive na estipulação do preço pela arroba extraída.

A erva no limpo localiza-se em áreas de agricultura ou pastagens, nas pequenas propriedades. Pode ser nativa ou reflorestada. Embora o preço seja ligeiramente inferior a daquela extraída do mato é preferida pelos ervateiros por ser uma “luta mais fácil”, com árvores de menor porte, representando menor perigo nas quedas e encontrar-se desembaraçada de cipós e arbustos que dificultem a locomoção do tarefeiro.

Em geral, a erva no limpo é disponível em menor quantidade pela erradicação de ervais, já tratado aqui, e pelo ciclo vegetativo de três a quatro anos. Situada em áreas relativamente próximas, os deslocamentos para extração são diários, sem necessidade de acampamento. Quando localizada em terras de colonos, estes, muitas vezes, a extraem e “entregam pronta pra firma”. A poda efetuada pelos colonos ocorre unicamente em áreas de sua propriedade. Em caso de não extrair deixam-na ao encargo da firma.

A produção em grande escala e a concorrência entre as firmas impeliram a busca da matéria-prima “nas lonjuras”. Esta prática é explicada como ocorrendo nos últimos anos, “quando escasseou a erva nos arredores”. A erva nas lonjuras equivale à erva no mato ou no sujo. Esta última é classificada como uma “luta perigosa”. As erveiras altas são rodeadas de cipós, taquaras e arbustos menores. Em alguns casos, dependendo da época do arrendamento ou compra do erval, a firma roça a área, antes da extração, para facilitar o corte. A erva no mato requer sempre o acampamento do extrator e do seu grupo familiar. O ciclo vegetativo da erva exige um rodízio de ervais, em estado de poda. O circuito extrativo não obedece a nenhum roteiro. Corta-se onde há erva

disponível, comprada pela firma. As regiões por onde circulam os extratores, centralizam-se em três pontos: no Oeste catarinense, no planalto lageado e no Oeste paranaense.

A firma compra a erva por arroba ou por estoque. Na compra por arroba o cálculo é feito no final da extração, pela pesagem. Na compra por estoque o cálculo do volume comprado é estimado “a olho”, anterior à poda, independente da pesagem final. Mesmo assim, esta não é dispensada, pois serve de padrão de remuneração aos tarefeiros. O vendedor da erva pode ser o colono, pequeno proprietário, e, neste caso, será no limpo, ou o grande proprietário, da região ou de fora, geralmente será no mato.

A remuneração paga ao extrator, por arroba extraída, permite a inserção da intermediação, com a figura do capataz. Cabe a este também o trabalho de inspeção. A vigilância é estendida além das árvores de extração, aos demais recursos naturais, como pinheiros, que podem ser agredidos; à medida em que a área de poda não é de propriedade do extrator, nem do dono da firma.

A empresa só pode existir após a acumulação de capital e valer-se do trabalho assalariado, que advém do tarefeiro. O seu empregador formal é a firma, que assina a sua carteira de trabalho, durante a safra e com baixa na entressafra. O registro na carteira, o ser fichado é, relativamente recente, “uma coisa de uns dez anos prá cá .” O fichamento é feito na carteira do chefe do grupo familiar, mesmo que seus componentes tenham “carteira apartada”. Não raro são as referências às ervateiras que não “têm costume de fichar tarefeiros”, “tocando a frio”. Em caso de acidente de trabalho “ficham” com data retroativa. Apesar do tarefeiro ser “fichado” pela firma, o seu patrão será sempre o capataz, cujo patrão é a firma. Não obstante isso, a relação de exploração fica transferida à empresa e não ao capataz. Inicialmente as atividades delegadas aos intermediários consistiam em “administrar o serviço”, “colocando os peões” e recebendo comissão por erva extraída. Posteriormente os capatazes foram encarregados de pagamento aos tarefeiros, com o afastamento físico destes, com um encadeamento de mandos “a firma manda no capataz, que manda no peão”.

Paralelo a esse encadeamento há o repasse da escora. O capataz, ao ser contratado pela firma, recebe um adiantamento, que parte deste será repassado aos tarefeiros, o que é tratado por escora. Na divisão de responsabilidades, além da escora, a firma fornece o transporte à área de extração. Quando no limpo, o transporte é diário. Nas lonjuras, para os ervais arrendados ou compra-

dos, onde ficam acampados, até o final da safra daquele erval, o deslocamento é espaçado. A ida à erva, ocorre nas segundas-feiras. Antes, passam no supermercado, para o abastecimento de gêneros alimentícios a serem consumidos no período de afastamento. Este abastecimento é a crédito, com ordem e dentro do limite fixado pelo capataz. Algumas firmas transportam seus ervateiros às segundas-feiras e o retorno, antes do final da extração daquele erval, pode ser feito com o carregamento da erva, quando o caminhão for recolhê-la. Há empresas que usam outro procedimento, comprometendo-se no transporte e na volta, ao final do mês ou da extração. As eventuais saídas, para visita à casa, ou razão qualquer, devem ser feitas de ônibus, por conta do peão. Nada impede, no entanto, que venha junto na carga de erva, quando esta é recolhida, burlando normas de transportes de passageiros. Cabe, ainda, à firma o fornecimento de animais para puxarem a zorra com erva, da extração ao local de pesagem, bem como o recolhimento da erva colhida. Nesta oportunidade são providenciados os mantimentos solicitados pelos tarefeiros, com aquiescência do capataz e em nome deste, no supermercado.

Na divisão do trabalho cabe ao capataz, escorado pela firma, além da escolha do tarefeiro, provê-lo de recursos mínimos, como o plástico para armar a barraca, nos acampamentos nas lonjuras. Aos tarefeiros de fora, sem morada, durante o período de poda, igualmente cabe a cedência de barraca. Além disso, o adiantamento aos “ranchos” a serem consumidos na época do corte. Quando o peão não dispõe de facão, espora ou maneia para subir na árvore, deve cedê-los, uma vez que estes são os instrumentais mínimos para a extração. A ausência destes denuncia a precariedade do extrator e a sua primeira experiência no ramo. A “escolha da erva”, à medida em que as demais atividades são cerceadas, foi a única opção: “tem que vir pra erva”.

No local de poda o capataz fornece ao tarefeiro, o endereço e o dado do corte, onde é sempre obedecida a lógica: cada mato com seu patrão e seus peões. O endereço consiste na distribuição das árvores para evitar a escolha das melhores, deixando para trás as erveiras menos frondosas e mais altas. O dado do corte consiste na instrução para a poda da folhagem, de modo a obedecer o máximo de rendimento, sem prejudicar o erval. Este pode variar, dependendo do dono, onde alguns deixam “mais à vontade” e outros são “mais enjoados”, isto é, exigentes. O temor do dono do erval é sempre o da poda mal feita, comprometendo a brotação futura. Invariavelmente as afirmações convergem, por parte dos tarefeiros, de que antigamente, ou seja, nos “tempos d’antes”,

respeitavam a época do corte, o que não ocorreria hoje. Em certa medida, pode ser verdadeiro para o ator, no entanto, as indicações gerais apontam no sentido contrário, daí a vigilância do Estado, legislando a época do corte.

Na área de extração, o capataz é o responsável pelos atos dos prepostos da firma, como na vigilância em não agredir os matos e árvores. Por ocasião dos acampamentos exerce a “autoridade”, quando pode “botar a lei” no acampamento, com restrições ao uso do álcool, para evitar embriaguez e acidentes com o manejo dos facões.

Na divisão do trabalho a primeira tarefa do patrão consiste na escolha dos peões. A lógica que prevalece é a do “o tarefeiro vai com quer quer. O capataz pega quem quer.” Em princípio há liberdade mútua de escolha, levando em conta o ganho e a consideração. Para o capataz isto é possível se tiver bom peão, e a este se tiver um bom patrão. A alternância de termos para auto-identificação, como tarefeiro, ervateiro e peão diz respeito ao lugar ocupado no processo produtivo da erva e na relação de subordinação. No processo produtivo, cabe-lhe a extração, por tarefa: é ervateiro e tarefeiro. No encadeamento de mandos é peão, cujo patrão é o capataz, que, por sua vez, tem outro patrão, o dono da firma.

O tarefeiro é peão em relação ao patrão. Este, por sua vez, só existe na medida em que houver e tiver peões sob seu mando. O capataz, na escolha do bom peão, leva em conta um conjunto de valores, como: “aquele que trabalha melhor”, ou “o mais direito com o patrão”. O trabalhar melhor consiste, basicamente, “em fazer o serviço que tem que ser feito e bem feito”, além de “cumprir as ordens” e “saldar o adiantamento”. Há um reconhecimento tácito de que o melhor capataz é aquele que tem o maior número de tarefeiros. “Capataz com mais gente é mais considerado.” Quanto maior o número de extratores, maior o ganho do patrão também. O discurso dos capatazes do “trabalhar melhor e mais direito” está alicerçado na prática do adiantamento, na escora do capataz ao tarefeiro. “Sem adiantamento não dá pra ir pra erva”, diz o peão. Este recebe o adiantamento e compromete-se em saldá-lo até o final da safra. Na eventual fuga, deixando de saldar o adiantamento, o prejuízo fica por conta do patrão. Na escolha do tarefeiro é indispensável um mínimo de conhecimento deste. Os de fora, não conhecidos, os únicos arregimentados por capatazes de menor experiência e capitalização, são apresentados como “os mais perigosos”. Nas trajetórias dos capatazes em situação precária esta é atribuída ao calote do tarefeiro, não pagando o adiantamento.



Do ponto de vista do patrão cabe-lhe a escolha do peão. Já, do ponto de vista do tarefeiro este escolhe o capataz. A liberdade da escolha deve ser relativizada. Não basta a concordância do patrão em tê-lo como peão. Esbarra-se no limite do adiantamento – escora – fornecida pela firma a cada capataz, e no erval a ser extraído. Estes dois elementos são levados em conta na estipulação do número de tarefeiros, a cada safra, pelo capataz. Mesmo assim o peão ao “escolher” o patrão leva em conta a consideração e o ganho. A consideração encerra elementos materiais e simbólicos, como: o fornecimento do adiantamento e uma “idéia de respeito”, sem interferência acentuada no ritmo de trabalho. Há consenso de um limite de imposição da autoridade do patrão. Exceder a esse limite torna o capataz “maroto” e justifica a procura de outro. A circulação do tarefeiro por vários intermediários ocorre, desde que estes disponham do adiantamento e apresentem com demanda de braços para extração. Em certos momentos é acentuada a concorrência entre a fração de capatazes na arregimentação de maior número de extratores, o que representa, economicamente, maior ganho e, simbolicamente, um reconhecimento como bom patrão.

## A vida no mato

No período da safra, no mato, acompanham o patrão, acampando com seu grupo familiar no local da extração da erva, obedecendo a lógica “cada capataz com seu mato” e seus peões. As barracas são armadas na área de responsabilidade do patrão, perto dos cursos de água, que possam abastecer a cozinha, servir para banho e lavar roupas. Antes de montá-la deve ser buscado o local, situando-se, também, próxima à moita para as necessidades fisiológicas. Algumas barracas são erguidas relativamente distantes, “pra evitar confusão”.

De modo geral, são armadas duas barracas, a de dormir e a de cozinhar. Em caso de extrema precariedade do capataz este fornece apenas uma barraca para cada grupo doméstico. Apesar do isolamento, o mato, de onde raramente saem no período de extração, “o capataz ainda vai na cidade, a gente fica na erva”, representa um período de fartura, com o adiantamento e a possibilidade do ganho. Contrapõe-se à entressafra, pela aglutinação dos tarefeiros, dispersos na safra, em pontos fixos: as casas. Embora, atualmente, a fração mais desqualificada socialmente viva unicamente em barracas, nos acampamentos.

No novo arranjo, cabe ao tarefeiro o corte da erva, onde “vai no mando do patrão”, de quem recebe o endereço e o dado do corte. Esta atividade é familiar, requerendo o concurso dos demais membros do grupo: “... a gente vai pelo mando do marido e ele pelo do capataz. O patrão do capataz é, outro, é da firma, homem grande, que só manda. Os gerentes, os da firma, não vão no mato. Eles só mandam.” Esta fala, da esposa de tarefeiro, traduz o encadeamento de mandos, da firma, ao capataz, deste ao tarefeiro e este aos componentes do grupo familiar.

Antes de iniciar o corte da erva a primeira tarefa é a procura de taquaras para a amarras dos raídos [fardos de erva cortada]. Não encontrando, pode valer-se de corda, o que, no entanto, é evitado por representar um custo adicional, às expensas do extrator. Cortadas as taquaras, as mesmas são lascadas em tiras de dois a três centímetros de largura. A seguir é armado o quadro, próximo ao local da extração, onde são fixadas as pequenas varetas no chão, com medidas em torno de um metro por lado. No interior deste são colocadas as taquaras lascadas, de modo a se entrelaçarem, permitindo aparar a erva que será depositada.

Para o corte é necessário que o tarefeiro esteja munido de facão e espora ou maneia, para escalar a árvore. Quanto à vestimenta não há qualquer prescrição ou restrição, unicamente a precaução em calçar os pés com botas de borracha por serem mais baratas. As iconografias de corte de erva com uso de escada e de foice são comuns. Este procedimento, na área pesquisada, é ignorado pela dificuldade de transportar escadas, pela altura das árvores nativas e, segundo os tarefeiros, atrapalharia o corte. O uso da foice é tido como inconveniente, por prejudicar a erva.

O corte deve ser inclinado, transversalmente, de baixo para cima, da esquerda para a direita, de modo a evitar a concentração de geadas no inverno, ou a retenção de chuvas, apodrecendo a extremidade cortada. Tanto a geada, quanto a chuva ou sol excessivos prejudicam os brotos e posterior formação de folhagem. A nova poda só pode ocorrer após três anos, observando o local do corte, com um ou dois palmos acima desse. A perda da árvore, com poda mal feita, é o temor do dono do erval. No corte é indicado deixar, no mínimo, dez por cento da folhagem nos ramos laterais superiores. Os galhos cortados nunca devem exceder a um e meio centímetro de diâmetros, o que nem sempre é seguido com rigor. Cortada a rama, a mesma é arroiada [puxada], o que é tarefa de crianças e da mulher, quando buscam os galhos junto ao quadro, onde

a folhagem é partida. Mãe e filhos maiores fazem o uso do facão para quebrá-la. Os menores se valem das mãos. Quebrada a erva, quando atinge a altura de aproximadamente um metro, ela é concentrada, para diminuir o volume, e depois amarrada com as taquaras lascadas. Este fardo, o raído, é deixado no local da extração, onde cada tarefeiro identificar o seu. Alguns o distinguem pelo formato, mas, por via de dúvidas, assinalam na taquara. À medida em que são aprontados os raídos estes são puxados com a zorra para o local de pesagem.

A coleta é feita quando chega o caminhão da firma para buscar a matéria-prima, o que ocorre a cada dois ou três dias, conforme a proximidade e estimativa do volume extraído. Para a pesagem, o caminhão aproxima-se do local onde estão depositados os raídos. Utilizam uma balança de vara, auxiliada por tronco de árvore, onde uma das proximidades é firmada na carroceria e outra é sustentada nos ombros dos extratores. Na metade do tronco é instalada a balança, onde são postos os fardos, cujo peso varia de 80 a 300 quilos, dependendo do tamanho e da concentração da erva. A responsabilidade da pesagem cabe ao motorista do caminhão, proposto da firma.

O peso de cada raído é anotado, por motorista e capataz, na presença dos tarefeiros, aos quais é repassado o montante do volume. Este é um trabalho coletivo: “é que nem formiga quando puxa, todos ajudam. Se acontecer de não ajudar, também não é ajudado.” O volume e peso impedem que apenas um peão o faça. Compulsoriamente é exigida a colaboração dos demais, pelo dispêndio de força física.

## As agruras da entressafra

Nos períodos de entressafra, a população tarefeira enfrenta a sociedade circundante. Esses enfrentamentos podem ser agrupados em três frentes: à saúde, à escola e aos responsáveis pela assistência social.

Os responsáveis pela saúde apontam as áreas de concentração dos tarefeiros como as mais precárias higienicamente. Na entressafra, a questão torna-se mais crucial. O ervateiro, sem absorção no mercado de trabalho, recorre a biscates, nem sempre encontrados, ao esmolar e à “assistência”. Neste último item estão as famílias enquadradas nas exigências dos programas de política social, como o da suplementação alimentar.

O acesso, além de apresentar certos requisitos, exige um cadastro. Este, além dos emiucamentos dos dados sociais e sanitários presta-se à vigilância,

muito próxima do que Foucault (1983) trata como a “a entrada da individualidade no campo documental”, com o “controle”, o “exame” e na tentativa de adestramento dos corpos.

Em contrapartida à cota de alimentos, submete-se aos exames, vacinas, às palestras e outras prescrições, objetivando “elevar o nível sanitário”. A apresentação atrasada do cartão para obter a cota alimentar dos programas assistenciais é conflituosa. O ervateiro justifica-se por estar na erva. A instituição reponsável pelos programas assistenciais vale-se de argumentos, como a impontualidade, o descaso e desleixo, ameaçando-o de ser riscado do rol de beneficiários.

Os saberes da medicina oficial e popular chocam-se igualmente. As prescrições oficiais nem sempre são cumpridas, muitas vezes adaptadas ou até ignoradas, uma vez que os problemas comuns são os respiratórios, dermatológicos e gastrointestinais. Os respiratórios são frequentes, pela prolongada exposição ao frio, no inverno, nem sempre agasalhados adequadamente. O frio, chuva e aquecimento em fogueira deixam o “pulmão descontado”.

A precariedade de condições higiênicas, na ótica dos padrões oficiais, no retorno, na entressafra, contribui para o surgimento das dermatites, dermatoses e escabioses. Nas prescrições oficiais, para saná-las, os agentes de saúde não encontram a docilidade esperada: não “adianta tratar com remédio”, “só com simpatia e benzimentos”. É comum encontrar benzedores e receitadores de “cobreiros” [dermatose], com simpatias para tirar o “bugreiro” [dermatose], “costurar os rendidos”, “benzer para as bichas” [verminoses]. “A gente que vive no mato, tem que saber”, afirma uma benzedeira. O coroamento das tensões com a área de saúde ocorre quando afirmam de que hoje a “natureza já nasceu fraca”, “sem viço” (o que foi tratado no capítulo anterior), o “modernismo”, traduzido nos padrões da saúde pública, não encontra a ressonância esperada. Basicamente, na área sanitária, os conflitos são de duas naturezas, a impontualidade na apresentação dos cartões no Posto de Saúde e o não seguimento dos padrões oficiais da medicina.

O período da safra da erva corresponde, em grande parte, ao calendário escolar. O corte, enquanto trabalho familiar, exige o deslocamento da família ervateira. “Vai um, vai todos” é a lógica que preside e tensiona com a escola. O discurso escolar prima pela necessidade da freqüência, seja pela obrigatoriedade legal, seja “pra subir na vida”. Sob este prisma, a evasão, no período de safra, é sempre motivo de preocupação, por parte da escola.

O argumento interno, do afastamento escolar, é respaldado por ser uma estratégia para evitar dupla despesas: a de casa e a do acampamento. Parte da família extrair erva e outra parte ficar, para cumprir as obrigações da escola, é inadmissível, na maioria dos casos. Isto porque, “uma parte ficar em casa e outra acampar” representa despesa adicional, o que deve ser evitado. De outro lado, saber ler, escrever e realizar as quatro operações, são o bastante para se defender. Com isso, também, já venceu o estudo e “muito estudo atrapalha” e pode ficar “esperto de mais”, “lograr os outros”. No entanto, o argumento principal residiria na interferência da escola na esfera privada, de competência familiar, retirando parcialmente a autoridade do chefe do grupo familiar. Tradicionalmente, cabe a este a administração do destino dos filhos; a escola interferindo, na cobrança do alunado em período de safra, esta estaria usurpando a autoridade paterna. Ante a tensão é comum o argumento de que “os filhos estão na escola”, no entanto, na época de poda esta é a prioridade. “Se a escola ajudar, pode até deixar os filhos.” Outro pai desafia o professor, ante a retirada dos filhos na safra; propôs à escola o sustento dos mesmos.

Na esfera econômica, de fora dois aspectos apontam à imprevidência do caboclo. Mesmo reconhecendo a penosidade do trabalho é lhe cobrada a falta de preocupação no investimento, na poupança, no amanhã.

Outro argumento externo é o da desqualificação do ofício, traduzido na jornada do trabalho “sem horário” e “sem responsabilidade”. Estas questões, internamente, apresentam outras nuances. Tomando-se a jornada de trabalho, o pagamento é feito por tarefa, por arroba extraída, onde o tarefeiro administra o seu horário, ritmo e intensidade. “Faz o horário.” “Quer cortar, corta; não quer, não corta mas não ganha.” Na safra, no corte, embora “no mando do patrão” o tarefeiro “se governa” em relação ao horário”. Enquanto chefe do grupo doméstico, administra quem vai, quem fica (se for o caso), quantas horas de corte e o ritmo. No entanto, apesar de “se governar”, a autonomia fica falseada por haver um limite, nem sempre presente e perceptível no discurso ao extrator. O fato de “vir pra erva”, com adiantamento, já o impele à atividade. Este falseamento estende-se ao trabalho familiar. O pagamento por tarefa é contabilizado como executado por um único elemento, o chefe do grupo. A remuneração das forças adicionais, como esposa e filhos, não são computadas. “Idade pra começar, não tem. Os meus desde os cinco vão pra erva. Idade pra terminar, não tem.” Esta é afirmação comum dos ervateiros. Além da questão da idade, de início e término, na luta, não são levadas em conta as condições

físicas do ervateiro e as condições do erval. Ainda, sendo uma atividade realizada em certas condições meteorológicas, como o tempo bom, a intensidade do trabalho ser aumentada para compensar o tempo ruim. O argumento externo deixa de levar em conta alguns aspectos que são alinhavados aqui. O primeiro destes, a heteronomia no movimento, “vai no mando do patrão”, podendo extrair erva em erval frondoso ou não. Não escolhe o erval. Além disso, o tempo pago é menor que o tempo trabalhado. Não recebe remuneração pelo tempo despendido no transporte. O tempo de armar a barraca, quando nas lonjuras, ocupando um dia útil, não é pago. O endereço, o dado do corte, a busca das taquaras para as amarras dos raídos, não são considerados como tempo dispensado. Além disso, a atividade é sazonal, ficando à mercê da firma e de seus ervais, comprados ou arrendados. Outros imprevistos devem ser levados em conta, como as condições climáticas.

A luta da erva é sempre classificada, internamente, como perigosa, pela altura das árvores, pela possibilidade de quedas e cortes. As quedas são frequentes e temidas. Cada ervateiro tem sua história onde alguém ficou “prejudicado”, “descontado”, quando não morto ao cair. Os cortes são igualmente frequentes, com mutilações nos membros superiores. Voltando às condições climáticas, em dia chuvoso está impossibilitado de cortar erva. A subida à erveira é dificultada pelo tronco escorregadio e pela facilidade de queda. Deve ser considerada a água depositada na folhagem e, com o corte, molhará o extrator. A presença de umidade, frio e o contato com o calor, para esquentar ou secar a roupa, apontam a vulnerabilidade da “doença do pulmão” que é “fraco”, “prejudicado”. Em dias de frio, no inverno a jornada de trabalho, isto é, o tempo do corte, é reduzida. No período da manhã deve esperar sumir o excesso de orvalho depositado durante a noite e, às vezes, isto ocorre “só aí pelo meio-dia”. Além disso, no inverno o “dia é mais curto”.

Não obstante o “ganho não pouco”, de fora, todas estas indicações convergem à imprevisibilidade do cálculo da renda mensal por parte do tarefeiro, deixando-o em situação desfavorável em relação aos outros ofícios, como o do madeireiro ou operário da indústria ervateira. Estes, além da estabilidade, isto é, a garantia de serviço na entressafra, têm renda fixa ao final do mês, permitindo previsão e cálculo do orçamento mensal.

## A divisão do trabalho familiar

Trata-se de uma unidade indivizível de produção e consumo, na qual os elementos desse grupo estão subordinados ao todo, na pessoa do chefe da família, a quem cabe administrar o destino dos demais subordinados. Este grupo, por sua vez, de acordo com o ciclo de vida apresenta forças plenas e marginais, na acepção de Tepicht (1973), resultando disso uma divisão das tarefas masculinas e femininas e por faixa etária.

Antes de tratar do trabalho familiar na luta da erva, faz-se necessário discorrer, abreviadamente, acerca da divisão do trabalho na luta da roça, nas áreas remanescentes. No trabalho familiar, o “pesado” fica ao encargo masculino adulto, isto é, o chefe do grupo e filhos adultos, se houver. À mulher e às crianças cabem o mesmo serviço na roça, “só que mais leve”, de modo a ver uma polarização: à esfera masculina correspondem as atividades mais pesadas e à esfera feminina cabem as “miudezas”.

Nas frações com maior extensão de terra, como aquelas dos capatazes, em trajetória ascendente, observa-se o contrário. A luta da roça passa a ser de exclusividade da mulher que, por sua vez, não acompanha o marido na extração da erva-mate. Neste caso, a ausência do homem é sempre justificada pela exiguidade da área e pela má qualidade do solo: “terra magra, que não dá pra nada”. Esta situação de mudança, onde a responsabilidade feminina, no manejo da terra, vem substituir a anterior responsabilidade masculina, encontra recorrência histórica. Um exemplo deste é o caso argelino. A justificativa do ervateiro, no Oeste catarinense, pouco difere daquela apontada pelo felá ante a situação: “Por que perder meu tempo com uma terra que não poder me alimentar?” (apud Bourdieu; Sayad, 1964, p. 97).

Adianta-se aqui a divisão do trabalho, uma vez que é constitutiva deste grupo e por apresentar pontos de afastamento com os de origem. De modo geral, nas atividades internas, isto é, aquelas de dentro de casa, cabe à mulher cozinhar, lavar pratos, limpar o chão, lavar a roupa, remendar a roupa e cuidar das crianças. Quanto ao homem, dentro de casa, “é só comer”. Se, no geral, o “homem não tem folga”, para a mulher, é “pior ainda”. As falas deixavam explícito que “o homem luta mais”, mas a mulher tem mais “obrigações”. Estas abrangeriam toda a atividade sob responsabilidade feminina, além da expectativa do cumprimento do seu papel.

Quanto mais “afamiliada”, isto é, com prole e agregados sob sua responsabilidade, maior a “obrigação”. Esta noção está colada à imagem de sofrimento e de falta de autonomia: “mulher não se governa”.

– Quem manda na família?

– Ah, é sempre o homem, é sempre o dono da casa, se ele não tem vergonha na cara. Agora, também não pode só o homem mandar em tudo. A metade pra cada um.

– Como é isso?

– Os negócios de fora, é com o homem. Agora, dentro de casa é da mulher. Lá em casa é assim. Quem contrata o capataz é ele. Eu fico de fora, não falo nada. Acho errado mulher que faz negócios. (T., esposa de tarefeiro).

Quanto maior a expropriação, maior a necessidade da família inteira “ir pra erva”: “vai um, vai todos”. A unidade de consumo doméstico indivisível, neste caso, funciona como uma estratégia para vencer a pobreza, pois, parte do grupo doméstico tirar erva e parte ficar em casa representa uma dupla despesa: a de casa e a do acampamento. No reverso desse princípio, o homem cozinhar na erva, desempenhando um papel feminino, representa também “perda de tempo”. Em alguns casos ocorre de a mulher relutar em acompanhar o marido na erva, nas lonjuras, alegando motivos como escola, Igreja ou algum curso promovido pela “assistência” local ou até mesmo doença. Mesmo que haja concordância do marido em deixá-la em casa, nas semanas seguintes, através de parente ou conhecido, manda buscá-la para cozinhar e cuidar da roupa. Nestes casos há sempre o cumprimento da ordem do chefe do grupo, justificando: “é mulher, quem tem que ir”, “ter de ir”, neste caso, equivale a “ter de obedecer”, o que é específico da mulher, por “não se governar”.

Na luta da erva, para a mulher, há um dizer: “se for disposta [ela] ajuda”. Se não for, ajuda indiretamente, ficando na barraca, cozinhando e cuidando da prole, principalmente se for “afamiliada”. Na divisão do trabalho as tarefas ao encargo masculino consistem no ato de acertar com o capataz o corte, a pesagem e o acerto de contas. À mulher e demais dependentes cabem arroiar [puxar] a erva e quebrá-la nos raídos. O desganche é considerado uma atividade essencialmente masculina. Nada impede que em certos casos a mulher o faça. Tanto na luta da roça, quanto no da erva, há um consenso da falta de força e destreza da mulher para certas atividades, como lidar com arado, o corte da erva e o carregar peso. O que se observa é uma complementação das atividades laborativas e uma coincidência do mercado matrimonial e sexual. Nesta



esfera, é possível compreender o reduzido número de celibatários, o reduzido número de viúvas que não contraíram novas núpcias. Há a necessidade da complementação feminino/masculino, de modo que celibatário e/ou viúvo estariam próximos ao observado por L. Strauss entre os Bororo: “meio homem”. Se lá, entre os Bororo, quem cataria seus piolhos, pintaria seu corpo, plantaria a horta? Aqui, entre os ervateiros, quem cozinhará e cuidará da roupa? E, do ponto de vista feminino, no último caso, quem trará o alimento para dentro de casa? Além disso, há padrões comportamentais. Cabe ao homem “mandar, se não tiver vergonha na cara”. Não mandar implica em subverter o modelo. O ato de mandar, carrega as obrigações. Ser chefe de família implica em autoridade, em se governar e governar a família: mulheres e filhos estão no seu governo. Para manter o seu governo, no mínimo, deve trazer o alimento para dentro de casa. A fonte provedora é sempre masculina. Já a mulher, administrando as obrigações, encontra-se desobrigada de trazer o alimento para dentro de casa, exceto quando se tratar de recursos da assistência pública.

Socializados num conjunto de valores e práticas sociais, passam a reproduzi-las frente às situações vivenciadas. Aqui se insere a subordinação dos membros do grupo doméstico, subordinados à autoridade do chefe. Cabe a este coordenar a luta da erva. O produto desse trabalho familiar é indiviso, administrado pelo chefe, numa lógica “todos lutam”, “todos ajudam”, “fazendo um só montinho, que nem na roça”. Um traço dessa subordinação é a carteira de trabalho assinada em nome do chefe do grupo, mesmo que seus componentes, maiores, tenham carteira apartada. Prevalece o princípio da indivizibilidade externada pelo “um montinho só, que nem na roça”. Os filhos e criadinhos sob subordinação “estão no governo do pai”.

Se governar é um marco na divisão de gênero e geracional. Os homens, ao adquirir a “maioridade”, saíram do “governo do pai e passarão a se governar”. O mesmo não ocorre com as mulheres: “livres do mando do pai estão no mando do marido”.

O marco na divisão geracional está acoplado a uma idéia de maioridade, seja a da idade, seja pelo casamento. Essa autonomia pode ser adquirida, após um aprendizado, numa capacitação e plena capacidade de exercê-la. Para um certo pai seus filhos se governarão ao atingirem a idade de dezoito anos. Para outro, com o casamento.

À medida que se governar diz respeito a um *status* geracional, entre os mais idosos é generalizada a sensação de uma ruptura. Para estes, dos tempos

d'antes, quando eram governados, há uma idealização da obediência, do respeito às autoridades, aos mais velhos, o que não ocorreria hoje. Esta ruptura é assinalada pelo fato de nos tempos de hoje “se governam ainda criança”.

Quanto à renda do ervateiro, esta caracteriza-se pelo paradoxo de “não ganhar pouco”, no entender dos de origem, mas, ao mesmo tempo, como “os únicos pobres, pobres mesmo”. A desconstrução do “não ganhar pouco”, pode ser feita se considerar: a sazonalidade, a intermitência, a atividade por tarefa e as condições de tempo para a extração da erva. Há dificuldade no cálculo da renda, exatamente pelas considerações anteriores, nunca sabendo como será o amanhã. Logo, este amanhã não entra no cômputo. Esta situação encontra recorrências históricas, como a do caso argelino, abordado por Bourdieu e Sayad (1964). A colonização representou a introdução de relações mercantis, com mudança acelerada e descompasso entre o habitus do nativo e o do colonizador. Do mesmo modo, significou uma discordância entre as atitudes concretas que não se transformaram ao ritmo das estruturas econômicas introduzidas. Fora isso, ainda, as finalidades da atividade econômica entram em jogo. Este parece ser um dos pontos de maior afastamento entre os dois grupos. O brasileiro, cuja atividade laborativa volta-se para a subsistência, “faz pro gasto”, está voltado ao presente, sem computar o futuro no seu cálculo.

Tudo se passa como se as condições materiais de existência exercessem sua influência sobre as atitudes, e particularmente sobre a atitude em relação ao tempo, isto é, sobre as atitudes econômicas, pela mediação e percepção que têm os sujeitos. (Bourdieu, 1963, p. 346).

## Referências

- BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. London: Allen & Unwin, 1969.
- BOUQUET, Mary. Production and reproduction of family farms in south-west England. *Sociologia Ruralis*, v. 22, n. 3/4, 1982.
- BOUQUET, Mary. The differential integration of the rural family”. *Sociologia Ruralis*, v. 24, n. 1, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. La société traditionnelle, l’attitude à l’égard du temps et conduite économique. *Sociologie du Travail*, Paris: Seuil, 1, 1963.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, S. *Le déracinement: crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Minuit, 1964.
- COHEN, Abner. *Urban ethnicity*. London: Tavistock, 1974.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1982.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Assim vivem os italianos: religião, música, trabalho e lazer*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1983.
- DELBOS, Geneviève. Leaving agriculture, remaining a peasant. *Man*, 17, 1982.
- GLAZER; MOYNIHAN. *Ethnicity: theory and experiences*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1990.
- SEYFERTH, Giralda. A representação do *trabalho alemão* na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 37) 1982.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 8, fev. 1992.

TEPICHT, Jerzey. *Marxisme et agriculture: le paysan Polonais*. Paris: Armand Collin, 1973.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: Edub; São Paulo: Hucitec, 1995.